

AS CRECHES NA EUROPA ENTRE O OITOCENTOS E O NOVECENTOS

Nurseries in Europe from the nineteenth to twentieth centuries

José Carlos Souza Araujo



 CAROLI, Dorena. *Per una storia dell'asilo nido in Europa tra Otto e Novecento*. Milano, Itália: Franco Angeli, 2014, 380 p.

Essa obra tem por objeto o *asilo-nido*, literalmente *asilo-ninho*. O termo *asilo*, embora não seja usual no Brasil para se referir ao abrigo da primeira infância entre 6 meses e três anos, traz semanticamente o sentido de proteção, amparo, segurança, refúgio. Para Houaiss (2001), asilo é uma “instituição de assistência social onde são abrigados para sustento e/ou educação crianças, mendigos, doentes mentais, idosos etc”. *Nido*, em italiano, tem como primeira significação, *ninho*, o que pode ser assumido figuradamente e por extensão de sentido, como casa, lar. Em italiano ainda, pode ser compreendido pela locução *ninho de infância* ou *creche*.

Crèche é um termo de origem francesa, por vezes considerado como galicismo, que no século XII significava manjedoura, mas desde o final do século XVIII tem sido referido por abrigo de crianças. Para Houaiss (2001), creche se refere à “instituição pública de assistência social que, durante o dia, abriga e alimenta crianças geralmente pobres e de pouca idade cujos pais são carentes e/ou trabalham fora” (Ibidem). Por extensão de sentido, estaria referido ao “estabelecimento particular que promove diurnamente assistência e frequentemente educação básica a crianças muito novas cujos pais trabalham fora”; ou mesmo significaria “em determinadas empresas ou instituições, setor que se destina à assistência a filhos de funcionários durante sua jornada de trabalho” (Ibidem).

Esclarecido o objeto expresso pela locução *asilo-nido* ou simplesmente *creche*, a obra em apreço analisa esta historicamente em cinco países europeus: França, Inglaterra, Alemanha, Rússia e Itália, no decorrer da segunda metade do século XIX até os meados do século XX. Estrutura-se ela com uma introdução (p. 9-18), para depois desenvolver, pela descrição, explicação e interpretação, o estudo temático relativo aos países referidos. Este está organizado em três partes.

Estruturalmente, a *Primeira Parte* se dedica “Às origens das creches e da puericultura moderna na França e na Inglaterra” (p. 23-119); a *Segunda Parte* acolhe “As creches na Alemanha e na Rússia entre ideologia e realidade” (p. 123-196); e a *Terceira Parte*, a mais

extensa, assume a tarefa de historiar “A difusão das creches na Itália desde a metade do Oitocentos ao fascismo” (p. 199-346). A obra não apresenta conclusão, e termina por uma *Bibliografia* (p. 347-369), que se subdivide em referência às fontes sobre a história do asilo-ninho (p. 347-357) e à historiografia geral a respeito do objeto (p. 357-369). Finaliza com um índice de nomes citados (p. 371-380).

Ainda a esclarecer o objeto, a creche, cuja origem, conforme Dorena Caroli (2014), se dera na França em 1844, entre os meados do século XIX e meados do XX, não era uma instituição educativa para a primeira infância, mas algo incerto, “[...] um lugar de acolhimento e proteção do recém-nascido de tipo assistencial, dedicado à luta contra a mortalidade infantil e à prevenção do abandono” (p. 9). É desde a França que se disseminam tais instituições pela Europa. E as denominações se multiplicam, tendo em vista os diferentes contextos e tradições assistenciais. “Na segunda metade do Oitocentos, de fato, o termo *crèche* foi traduzido na Itália por *presépio* e foi indicado também como *creche* ao final do século, enquanto nos anos de 1920 fascista foi cunhado pelo termo *creche* (p. 9). No Reino Unido, foi denominado por *day nursery*, na Alemanha por *Krippe*, e na Rússia por ‘ninho de infância’ ou ‘asilo-refúgio’ (*detskij jasel’, jasel’-prijut*).

Tais instituições destinadas à primeira infância apresentaram-se como assistenciais, mas evoluíram posteriormente para apoiar as mulheres trabalhadoras e mães, o que assumiu uma dimensão tal que envolveu debates políticos em torno da moralização e da higiene social, o que implicava em serviços sociais à primeira infância e a puericultura¹. Tais ângulos que se associaram às creches, tomaram diferentes tonalidades nos cinco países mencionados, além de estarem em movimento diante das respectivas características culturais, econômicas e políticas. Dessa maneira, os referidos ângulos também não podem ser isolados das orientações médico-científicas de então.

Embora a obra em pauta se expresse pelo título-objeto - *asilo-nido* -, na Europa no decorrer do período mencionado, sua introdução manifesta uma diversidade de contextos e com ênfases específicas, tendo em vista, por exemplo, a puericultura na França, a pediatria na Alemanha, a *nipiologia*² na Itália. Tal variedade também se expressa por ênfase na amamentação do recém-nascido, conjugada às leis protetoras dos pobres e às escolas para a primeira infância, a ênfases na higiene social, na eugenia (como é o caso da Alemanha), na emancipação das mulheres em relação ao trabalho doméstico, o que permitiu a formação das crianças na perspectiva do comunismo (é o caso da União Soviética), nos estudos sobre a psicologia da linguagem através da introdução de uma pedagogia para a leitura (é o caso da União Soviética).

Como se depreende dessas observações, o cuidado para com a criança recém-nascida tornou-se paulatinamente complexo e interdependente desde a origem da creche

¹ Para Houaiss (2001), é uma “ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade”; por extensão, compreende ele ainda que ela é um “conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade”.

² A *nipiologia* “[...] (do grego, *νήπιος* ‘infante’ e *λόγος* ‘discurso’, foi criada por Ernesto Cacace, 1905). É a ciência a respeito da primeira idade, ou seja da idade na qual não se fala, o que implica o estudo integral do lactante de todos os pontos de vista: biológico, psicológico, antropológico, clínico, higiênico, jurídico, histórico, sociológico, pedagógico”. Disponível em http://www.treccani.it/enciclopedia/nipiologia_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Acesso em 23/05/2015.

na França em 1844. Tal interdependência é resultado de uma longa construção no âmbito da modernidade, se se compreende esta como uma consciência cultural que se propõe como um projeto em torno da invenção da infância; de acordo com a concepção de Philippe Ariès (1981), trata-se de uma redescoberta da mesma. A creche seria uma de suas expressões no século XIX francês.

Se assim for, a modernidade revela ideais, crenças e aspirações, as quais, em suma, afirmam que cabe ao homem conhecer suas capacidades como sujeito da história; seria ela ainda um ideal que situa no sujeito humano o projeto que ele faz de si mesmo. Situa no sujeito humano o destino de sua história, cabendo não somente ao homem e à sociedade buscar traçar o seu destino, mas nele interferindo e avaliando-o. Assim sendo, a historicidade humana é posta como o lugar do homem, cabendo-lhe descobrir na história o sentido de sua humanidade. Novamente: a creche seria uma expressão desse sentido.

Nessa direção, o desenvolvimento do ser humano começa em sua infância, e se faz paulatinamente pela educação, mesmo antes da escola ou também sem ela, como prática social inerente ao processo e à produção da existência, da qual a infância constitui-se como primeira etapa. Por isso, pode-se dizer que haveria, em construção, uma antropologia infantil na modernidade, um discurso sobre a infância (fase da existência humana) ou sobre a criança (um indivíduo humano). Com certeza, discurso e prática estes advindos do desenvolvimento capitalista, em particular associado à II Revolução Industrial. A criança e a infância se entrelaçam, além de gerar preocupações com a formação humana num período em que não cabia lugar a elas.

Por isso, estas se tornaram centrais, posto que essa fase da vida é primordial às outras fases. Tal concepção traz desdobramentos: trata-se de compreender melhor a criança, o seu mundo infantil, suas características, para melhor educá-la. Por isso, a criança é concebida como um indivíduo que tem especificidades, que pode ser desenvolvido, formado e educado. Ressalte-se então que falar de criança e de infância está muito ligado à maneira como se deve educá-la, além de cuidar da mesma efetivamente. No entanto, trata-se primeiro de desvendá-la, compreendê-la. Esse é o caminho particularmente perseguido desde o século XVI.

Pode-se dizer que o século XIX é especificamente o século da criança, ainda que Ellen Key (SANDIN, 1999) tenha intitulado, uma obra sua de 1900, como *Século da Criança*. A afirmação da escola primária - uma locução de origem francesa do final do século XVIII, como obrigatória, gratuita, universal -, o jardim de infância de Froebel, a efetivação das escolas normais para a formação do professor da escola primária, a psicologia da educação, entre outros aspectos, são efetivas realizações do século XIX. A infância é objeto de preocupações educativas, de investigação, de estudos, de debates, sempre preocupados com o exercício de compreender o que são a criança e a infância, particularmente através das abordagens científicas; como desenvolvê-las pela educação e como tratá-las do ponto de vista pedagógico, o que implicava àquela altura em Educação e em Metodologia, objetos centrais da Pedagogia nascente no decorrer da segunda metade do século XIX.

Atendo-se ainda à temática, situa-se em Ariés (1981, p. 10) uma afirmação conclusiva no prefácio de sua obra: “A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos.” Mas, na conclusão, a sua reflexão é mais adensada:

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais [...]. (ARIÉS, 1981, p. 275)

Ressalte-se também a posição de Comênio (1592-1670) sobre a primeira infância em sua correlação com as fases da vida humana:

Efetivamente, a criança, enquanto está na primeira infância, não pode ser instruída, porque a raiz da inteligência está ainda profundamente apegada ao chão. [...] Que a formação do homem deve começar na primavera da vida, isto é, na puerícia (Na verdade, a puerícia assemelha-se à primavera; a juventude, ao verão; a idade viril, ao outono; a velhice, ao inverno). (COMÊNIO, 1996, p. 209)

Como destaca a autora da história da creche na Itália, na União Soviética e também na Alemanha de Froebel, foi se estruturando uma

[...] rede de serviços destinados à tutela da maternidade e da infância com o intento de contribuir para o prenúncio demográfico perseguido pelas políticas da família dos sistemas totalitários que expressam uma ingerência particular na esfera privada dos indivíduos com o objetivo de plasmar comportamentos e estilos de vida em conformidade com os valores da ideologia oficial. (CAROLI, 2014, p. 16-17)

Ao final da introdução, ainda destaca a referida autora:

Trata-se de processos históricos articulados sobre os quais cabe ainda reconstruir as diversas correlações com as ciências psicopedagógicas e com as mudanças introduzidas nos processos formativos da primeira infância desde o interior dos asilo-nido dos países europeus que tem suas raízes no distante modelo de Marbeau [criador das creches na França]. Sem dúvida, desenha-se no horizonte um setor de estudos inexplorados que visem projetos de pesquisa nacionais e internacionais. (CAROLI, 2014, p. 18)

Nos capítulos sobre as creches na França e na Inglaterra, que compõem a *Primeira Parte*, a obra dedica-se a historiar sobre as instituições que surgiram na França no século XVIII, as quais se caracterizavam por suas finalidades caritativas, nas quais já estavam presentes rudimentos de história natural e geografia, bem como o trabalho

com a tecelagem e a recitação de orações. Destacam-se aí alguns atores em tal tarefa, entre eles sacerdotes, higienistas, filantropos. A obra apresenta riqueza de informações estatísticas sobre tais instituições que antecedem as creches, acolhedoras que foram dos órfãos, dos expostos e das crianças que os pais não tinham condição de cuidar e educar. Relacionadas a tais condições, estão o aleitamento materno, a necessidade de creches em estabelecimentos industriais. Tais demandas, associadas ao desenvolvimento da pediatria, da puericultura, da educação infantil estiveram portanto em movimento, através de leis, da criação de instituições mais adequadas e mesmo específicas para responder a tais demandas, a formação de profissionais para tais cuidados e a luta contra as altas taxas de mortalidade infantil.

Com relação à Inglaterra, a autora ressalta inicialmente o tratado de John Locke (1632-1704), intitulado *Alguns Pensamentos sobre Educação*, cuja publicação se deu em 1693, a qual logo foi traduzida em todas as principais línguas estrangeiras. Afirma a autora que sua influência se deu até o início do século XX. Alguns outros tratados também surgiram no século XVII, especificamente sobre aleitamento materno. Destaca ainda que a assistência à criança através das *Poor Laws* (Leis sobre Pobres), já estavam presentes no século XVI em vista das transformações verificadas ao nível das estruturas agrárias. Criaram-se, então, as *workhouses* (casas de trabalho), que acolhiam as pessoas aptas, como força de trabalho destinadas a gerar o sustento aos anciãos, mas também as crianças indigentes que se constituíam em torno de 50% dentre os acolhidos. Uma explicação necessária: o pauperismo e os problemas sociais postos pela Revolução Industrial promoveram também formas de custódia diurna das crianças em tenra idade. Distingue a autora, nesse movimento, as *infant schools* e as *nursery schools* (escolas para a primeira infância), emergentes na primeira do século XIX. Ressalte-se que é somente em 1919 que a Inglaterra cria o seu Ministério da Saúde, o qual tem como um de seus departamentos o da maternidade e da assistência à infância.

“Após a II Guerra Mundial, graças ao *Act Education* de 1944, a política educativa em relação às instituições educativas voltadas para a primeira infância mudou notavelmente, posto que com relação às 100 *day nurseries* e às 111 *nursery schools* de 1939, em 1944, a 1450 *day nurseries* em tempo integral, a 109 classes em tempo parcial e a 784 classes nas *nursery schools*. As *day nurseries* passaram a fazer parte do grande sistema Welfare-State britânico que se constituiu em modelo para toda a Europa depois que, à sua volta, tinha atingido nos anos Trinta [1930] pela União Soviética um modelo para a sua gestão sanitária e o seu conteúdo educativo para a primeira infância. (CAROLI, 2014, p. 118-119)

Na *Segunda Parte*, e em relação à Alemanha, desde o final do século XVIII, registra a autora, encontram-se escolas maternais de iniciativa particular. A acolhida das creches teve muita resistência, em particular na primeira metade do século XIX, porém os orfanatos têm uma história longa. É desde a segunda metade do século XIX que começam a se instalar as creches, e a sua disseminação se deu significativamente. No primeiro decênio do século XX, já existia uma pluralidade de instituições e iniciativas destinadas à primeira infância e à assistência às gestantes. Além do serviço assistencial

e das funções de controle médico, estavam envolvidas as questões relativas à higiene social, à eugenia, bem como a preocupação com a revigoração da raça, o que passava por sua seleção, nutrição, enfermagem, aleitamento materno, mortalidade infantil, apoio à mulher trabalhadora, creche próxima do trabalho, pessoal adaptado ao serviço nas creches, cuidadoras das crianças, formação do pessoal médico em termos de puericultura, maternidade, filantropia, envolvimento dos municípios, enfermagem pediátrica, manuais para a formação das enfermeiras em termos de higiene social.

Com o crescimento da mão de obra feminina, verificou-se, por exemplo, na Alemanha em setores metalúrgicos o surgimento das creches. Isso se verifica na segunda década do século XX, mas é no decorrer da terceira década que se registram norteamericanos jurídicos em torno das creches. “Em julho de 1939 o próprio Hitler encarregou o chefe da Saúde pública e Conselheiro de Estado, Leonardo Conti, de implementar o programa de eutanásia e de geri-lo sob o controle do Estado” (p. 148-149).

Na Rússia czarista, há informações de que no início do século XVIII haviam escolas para a primeira infância, sob o patrocínio privado. Também haviam institutos de acolhimento e criação de recém-nascidos ilegítimos, abandonados ou em perigo de abandono. Com relação às creches, a Rússia czarista acolhe-as de modo favorável.

Desde o início do século XIX aos anos de 1870, o fenômeno do abandono é constante. A autora distingue duas fases para a difusão das creches, as quais coincidem com a multiplicação dos jardins de infância: a primeira fase cobre desde os anos de 1860 ao início dos anos de 1890, e era obra da iniciativa privada; a segunda fase cobre a reforma de 1891 a 1917, quando então surge uma instituição central que coligava todas as instituições infantis, bem como a disseminação de creches. A nascente industrialização promovia a sua emergência. Ainda que houvesse um grande número de instituições que cuidavam da infância - “[...] que até 1905 abarcavam 11.450 crianças acolhidas em 433 creches instaladas nas fábricas, nas ‘salas de asilo’ diurnas e nos abrigos de vários tipos - era considerado muito exíguo em confronto com uma média assustadora de 1.196.000 mortos anualmente por falta de cuidados necessários” (CAROLI, 2014, p. 168).

Com a Revolução de 1917, e com a impossibilidade imediata de elaboração de políticas adequadas, a propaganda posterior prometia uma difusão em grande escala dos serviços sociais para a infância, em apoio à emancipação feminina. Não se pode esquecer das consequências da I Guerra de 1914 a 1918 em andamento. “Sob muitos aspectos, o funcionamento da creche soviética revelava a adoção do modelo francês, que previa o acolhimento de crianças sãs, a visita médica, a anotação e anamnese das doenças infantis [...]” (p. 170). Porém, os anos de carestia após a I Guerra levaram a uma alta taxa de mortalidade infantil, ao lado do abandono de crianças: de 1922 a 1927, a quantidade de creches destinada ao acolhimento de crianças foi crescente, mas tal crescimento não se deu em toda a União Soviética de então.

A questão básica em todo esse movimento estava no combate à mortalidade infantil e na emancipação da mulher em relação ao trabalho doméstico. Também estava em tela a falta de higiene, o aleitamento inapropriado, as infecções que comprometiam o desenvolvimento das crianças e a falta de tratamento individual que retardava o

desenvolvimento psicológico. Também haviam aspectos educativos que envolviam a mãe e a educadora tendo em vista da orientação para a vida doméstica com a criança. Preocupava-se também com a psicologia do desenvolvimento, que devia dar suporte ao desenvolvimento da criança; por consequência, postulava-se a formação do pessoal da creche.

Do conteúdo pedagógico revolucionário das creches, na Rússia de Stalin, e em particular nos campos de trabalho, restava bem pouco. Todavia o desenvolvimento destas instituições nos anos de 1920 e de 1930, além da sua tarefa sanitária, tinha conduzido à elaboração de uma pedagogia própria à creche que resguardava tanto as atividades educativas das crianças internamente, quanto as relações com a família e o ambiente circunstante. (CAROLI, 2014, p. 196)

Tais tarefas de ordem pedagógica trouxeram para o pós-Guerra de 1945, a sustentação do Welfare State “[...] quando foram elaboradas novas reformas que contribuíram para um crescimento em massa destas instituições da infância e do trabalho feminino” (p. 196).

A *Terceira Parte* da obra em apreço constitui-se dos capítulos 5 e 6, os quais ocupam quase 150 páginas das 346 do livro. Ela está dedicada à Itália. A recepção da creche francesa foi concebida no Oitocentos como possível e eficaz no enfrentamento do abandono, bem como se tornou lugar de custódia para os filhos das trabalhadoras. Mas, tal tarefa não resultou da estatalização de uma política, como ocorrera na França napoleônica; é somente depois da segunda metade do século XIX que foi se construindo a mesma. Na Itália, é somente a partir de 1867 que se iniciou a supressão da roda dos expostos, o que aconteceu primeiramente em Ferrara; em 1868, em Milão e Como, e assim por diante. Em 1894, haviam ainda 416 comunas que acolhiam as crianças através da roda dos expostos. Tal prática, segundo Dorena Caroli (2014), foi benéfica do ponto de vista preventivo para o acolhimento das crianças abandonadas.

Entretanto, já no decorrer da primeira metade do século XIX foram institucionalizadas as atenções à infância desvalida, mas através de iniciativas de caráter caritativo, as quais inclusive contavam com benfeitores que participavam da administração de tais instituições, seja do ponto de vista médico ou sanitário. No interior do capítulo 5, a autora privilegia instituições de Milão, depois de Bolonha; porém, há também referências a inúmeras cidades italianas que participavam desse movimento em torno da proteção à infância.

A difusão dos *presepi* (as creches de então) nas cidades italianas contava com o espírito de caridade, o que amparava o movimento em torno do trabalho feminino. Mas, também estava em tela a luta contra a mortalidade infantil, a busca do conhecimento das práticas de aleitamento materno, de alimentação pelas mamadeiras, da ingestão de alimentos sólidos; também se enfrentava a questão das habitações úmidas e frias, a falta de cuidados para com a criança. Isso tudo estava em discussão na segunda metade do século XIX.

No capítulo 6, apresenta-se inicialmente uma reforma denominada por Lei Crispi, de 17/07/1890, voltada para as instituições públicas de beneficência, Lei esta que estabeleceu a assistência como uma função pública do Estado. Entre 1882 e 1901, o crescimento demográfico da Itália atinge 14%, mas a mortalidade infantil que andava em torno dos 30% entre 1860 e 1880, cai para 26% em 1890, e em 1900 para 20%.

Leis sobre o trabalho feminino, por exemplo, no início do século XX, já estabeleciam que o aleitamento materno devia se fazer nos locais de trabalho quando a fábrica possuía mais de 50 trabalhadores. Tal medida se fez acompanhar da necessidade de uma formação mais adequada do pessoal médico-assistencial especializado para a infância, o que atingia questões em torno da higiene e da alimentação. É nessa época que se adota, por exemplo, em Milão e em Roma, a assistência familiar relativa à saúde da criança.

No início do século XX, já se encontrava difundida a necessidade de métodos educativos, o que foi apoiado pelas conquistas científicas propiciadas pela Psicologia. Nesse sentido, cuidou-se de uma pedagogia para os lactantes. A autora apresenta discussões em torno de obras sobre tal pedagogia, a qual também se estendia às crianças maiores; tais discussões eram inspiradas em Rousseau, que sustentava o uso dos sentidos e da palavra.

Além das cidades mencionadas anteriormente, também se dedicam análises sobre o que acontecia em Nápoles, em Mântua. Posteriormente, em diferentes tópicos, refere-se às creches sob a competência da *Opera nacional para a maternidade e a infância* estabelecida depois de 1925. Aí teve início uma nova fase na história do *presepe* (creche de então), que começou a ser denominado mais frequentemente pelo termo asilo-nido (creche). Tal reforma modernizava o pessoal, as estruturas e a organização interna.

Nos estudos dos psicólogos dos anos de 1920 e 1930 não se encontra eco das concepções de Maria Montessori (1870-195) sobre a educabilidade do lactante e da primeira infância, que teria provavelmente contribuído para imprimir um conteúdo educativo às creches já entre as duas guerras, se a ilustre pedagoga (médica de formação) não fosse constrangida a abandonar a Itália. (CAROLI, 2014, p. 340)

Nesta, o método montessoriano prosperava; e Mussolini desejava absorvê-lo para seu regime, dizendo até que “A Itália teve três grandes M, Mussolini, Marconi e Montessori”. Entretanto, ao mesmo tempo que desejava tê-la a seu lado, Mussolini diminuía a liberdade inerente às escolas montessorianas. Isso fez com que a educadora deixasse seu país natal em 1934, e que todas as escolas com seu método fossem fechadas; o mesmo aconteceu na Alemanha hitlerista, na União Soviética e na China ditatorial. Nessa fuga, foi para Barcelona mas, depois de dois anos, em 1936, estourou a Guerra Civil espanhola e Montessori fugiu de lá também, dessa vez para a Holanda. Nessa conjuntura, as “[...] teorias complexas [psicologia piagetiana do desenvolvimento, psicopedagogia da primeira idade, pediatria, psicanálise] tiveram um significado importante para as reformas da creche na segunda metade do Novecentos” (CAROLI, 2014, p. 340). Os resultados tornaram a creche, como instituição, muito importante como espaço pedagógico, seja privilegiando a formação profissional dos educadores, seja promovendo a interação e a comunicação entre o neonato, os pais e os outros adultos. Emerge nessa conjuntura uma nova consciência diante da maternidade e da paternidade, bem como em relação à formação para a cidadania ativa e democrática.

Como se observa, a obra de Dora Caroli sobre a história das creches em alguns países europeus, entre os meados do século XIX e os meados do século XX, é muito importante para as pesquisas sobre a infância e a criança que se desenvolvem em várias

áreas. As creches naquele contexto promoveram um entrelaçamento entre os campos da pediatria, da puericultura (que envolve a fisiologia, a sociologia e a higiene), da psicologia, da medicina, da nutrição, da psicopedagogia, da psicanálise etc. Tal obra é muito oportuna para a pesquisa histórico-educacional no Brasil contemporâneo, seja em relação à roda dos expostos, aos jardins de infância emergentes – o primeiro na cidade do Rio de Janeiro em 1875 – às escolas isoladas ao final do período imperial brasileiro, aos grupos escolares no Brasil emergentes desde a última década do século XIX.

Ainda que em um descompasso diferenciado, o Brasil também veio compartilhando de tais preocupações com a educação infantil, as quais ressoam até os dias de hoje em torno das creches. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 tem como “Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE” (BRASIL, 2014). Numa perspectiva de longa duração, a obra em apreço torna-se uma porta de entrada para a compreensão da temática, além de propiciar estímulos e de induzir à história comparada, inclusive da educação.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 13/07/2015.

HOUAISS, Instituto. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetivo, 2001.

CAROLI, Dorena. **Per una storia dell’asilo nido in Europa tra Otto e Novecento**. Milano, Itália: Franco Angeli, 2014.

SANDIN, Bengt. **Imagens em conflito: Infâncias em Mudança e o Estado de Bem-Estar Social na Suécia. Reflexões sobre O Século da Criança**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 19, n.37, Set. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100002. Acesso em 22/06/2015.

*Recebido em março de 2015
Aprovado em abril de 2015*